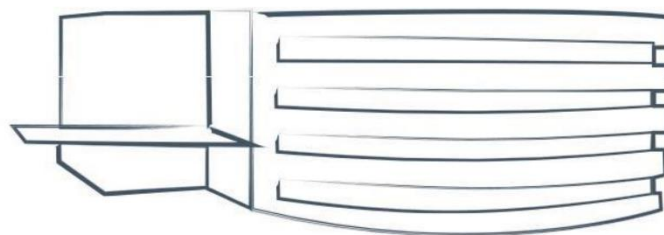


EDITAL VERTICALIZADO

**PG-DF - ANALISTA JURÍDICO -
DIREITO E LEGISLAÇÃO**



PGDF

PROCURADORIA-GERAL
DO DISTRITO FEDERAL



A CASA DO
SIMULADO

CONCURSO DE PG-DF

CARGO: ANALISTA JURÍDICO – DIREITO E LEGISLAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME: 22/03/2020 (MANHÃ).

BANCA: CEBRASPE.

DURAÇÃO: 4h30.

FASES DO CONCURSO:

1. Provas objetivas de caráter eliminatório e classificatório;
2. Prova discursiva de caráter eliminatório e classificatório;

PROVA OBJETIVA

NÚMERO DE QUESTÕES: 120 - Estilo de certo ou errado.

- 50 questões de Conhecimentos Básicos;
- 70 questões de Conhecimentos Específicos.

PONTUAÇÃO: 120 pontos.

PROVA DISCURSIVA

A Prova Discursiva consistirá da redação de texto dissertativo a respeito de temas relacionados a conhecimentos específicos de cada especialidade.

A prova discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema), a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.

PONTUAÇÃO: 40 pontos.

LIMITE DE LINHAS

- **MÁXIMO:** 30 linhas.

CRITÉRIO DE CORREÇÃO

A prova discursiva será avaliada conforme os critérios a seguir:

a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada a 40,00 pontos;

- b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos de natureza gramatical, tais como grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular;
- c) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e(ou) que ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;
- d) será calculada, então, a nota da prova discursiva (NPD) por meio da seguinte fórmula: $NPD = NC - 8 \times NE \div TL$, em que TL corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato na prova;
- e) será eliminado do concurso público o candidato que obtiver NPD igual a 0,00.

OBSERVAÇÕES:

- O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com **caneta esferográfica de tinta preta** fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador especializado do Cebraspe devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto — o qual será gravado em áudio —, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- **A folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova discursiva.** Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.
- A folha de texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho do caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válida para a avaliação da prova discursiva.
- A folha de texto definitivo não será substituída por motivo de erro do candidato em seu no preenchimento.
- Nos casos de **fuga ao tema**, ou de não haver texto, **o candidato receberá nota na prova discursiva igual a zero.**
- Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver $NPD \geq 20,00$ pontos.
- O candidato que não se enquadrar no subitem 11.7.6 do edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
- Será anulada a prova discursiva do candidato que não devolver sua folha de texto definitivo.
- O candidato que se enquadrar no subitem 11.7.7 do edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.					
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.					
3 Domínio da ortografia oficial.					
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.					
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.					
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.					
5 Domínio da estrutura morfosintática do período.					
5.1 Emprego das classes de palavras.					
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.					
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.					
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.					
5.5 Concordância verbal e nominal.					
5.6 Regência verbal e nominal.					
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.					
5.8 Colocação dos pronomes átonos.					
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.					
6.1 Significação das palavras.					
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.					
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.					
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.					

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), instituída pela Lei Complementar nº 94/1998 e suas alterações.					

LEGISLAÇÃO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei Orgânica do Distrito Federal.					
1.1 Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal.					
1.2 Organização do Distrito Federal.					
1.3 Organização Administrativa do Distrito Federal.					
2 Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais).					
3 Decreto Distrital nº 37.297/2016 (Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo).					
4 Decreto Distrital nº 36.756/2015 e suas alterações (Sistema Eletrônico de Informações – SEI).					
5 Lei Complementar nº 395/2001 e suas alterações (organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal).					

DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Estado, governo e administração pública.					
1.1 Conceitos.					
1.2 Elementos.					
2 Direito administrativo.					
2.1 Conceito.					
2.2 Objeto.					
2.3 Fontes.					
3 Ato administrativo.					
3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.					
3.2 Extinção do ato administrativo.					
3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.					
3.3 Decadência administrativa.					
4 Agentes públicos do Distrito Federal.					
4.1 Disposições constitucionais aplicáveis.					
4.2 Disposições doutrinárias.					
4.2.1 Conceito.					
4.2.2 Espécies.					
4.2.3 Cargo, emprego e função pública.					
4.2.4 Provimento.					
4.2.5 Vacância.					
4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.					
4.2.7 Remuneração.					
4.2.8 Direitos e deveres.					
4.2.9 Responsabilidade.					
4.2.10 Processo administrativo disciplinar.					
4.3 Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais).					

5 Poderes da administração pública.					
5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.					
5.2 Uso e abuso do poder.					
6 Regime jurídicoadministrativo.					
6.1 Conceito.					
6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.					
7 Responsabilidade civil do Estado.					
7.1 Evolução histórica.					
7.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.					
7.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.					
7.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado.					
7.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.					
7.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.					
7.5 Reparação do dano.					
7.6 Direito de regresso.					
8 Serviços públicos.					
8.1 Conceito.					
8.2 Elementos constitutivos.					
8.3 Formas de prestação e meios de execução.					
8.4 Delegação.					
8.4.1 Concessão, permissão e autorização.					
8.5 Classificação.					
8.6 Princípios.					
9 Organização administrativa.					
9.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.					
9.2 Administração direta e indireta.					
9.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.					
9.4 Entidades paraestatais e terceiro setor.					
9.4.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.					
10 Controle da administração pública.					

10.1 Controle exercido pela administração pública.					
10.2 Controle judicial.					
10.3 Controle legislativo.					
10.4 Improbidade administrativa.					
10.4.1 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.					
11 Processo administrativo.					
11.1 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.					
12 Licitações e contratos administrativos.					
12.1 Legislação pertinente.					
12.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.					
12.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.					
12.1.3 Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços).					
12.1.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).					
12.2 Fundamentos constitucionais.					

DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.					
1.1 Princípios fundamentais.					
2 Aplicabilidade das normas constitucionais.					
2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.					
2.2 Normas programáticas.					
3 Direitos e garantias fundamentais.					
3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.					
4 Organização políticoadministrativa do Estado.					
4.1 Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.					
5 Administração Pública.					
5.1 Disposições gerais, servidores públicos.					
6 Poder Executivo.					
6.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.					
7 Poder Legislativo.					
7.1 Estrutura.					
7.2 Funcionamento e atribuições.					
7.3 Processo legislativo.					
7.3.1 Processo legislativo federal: conceito, espécies normativas, modalidades, fases.					
7.3.2 Processo legislativo estadual, distrital e municipal: Normas constitucionais federais aplicáveis.					
7.3.3 Processo legislativo na Lei Orgânica do Distrito Federal.					
7.3.4 Elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e atos normativos federais e distritais.					
7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.					
7.5 Comissões parlamentares de inquérito.					
8 Poder Judiciário.					
8.1 Disposições gerais.					
8.2 Órgãos do poder judiciário.					

8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.					
8.2.1.1 Composição e competências.					
9 Funções essenciais à justiça.					
9.1 Ministério Público, Advocacia Pública.					
9.2 Advocacia Privada e Defensoria Pública.					
9.3 Conselho Nacional do Ministério Público.					
9.4 Procuradoria-Geral do Distrito Federal na Lei Orgânica e na respectiva legislação complementar.					
10 Controle de constitucionalidade.					
10.1 Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões.					
10.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação e por Omissão.					
10.3 Ação Declaratória de Constitucionalidade.					
10.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.					
10.5 Representação Interventiva.					
10.6 Incidente de arguição de inconstitucionalidade.					
10.7 Recurso Extraordinário.					
10.8 Súmula Vinculante.					
10.9 Reclamação Constitucional.					
10.10 Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos.					
10.11 Controle de constitucionalidade nos Estados e no Distrito Federal.					

DIREITO AMBIENTAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Direito ambiental constitucional.					
1.1 Meio ambiente como direito fundamental.					
1.2 Princípios estruturantes do estado de direito ambiental.					
1.3 Competências ambientais legislativa e material.					
1.4 Deveres ambientais.					
1.5 Instrumentos jurisdicionais.					
1.5.1 Ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental.					
1.6 Função ambiental pública e privada.					
1.7 Função social da propriedade.					
1.8 Art. 225 da Constituição Federal de 1988.					
2 Conceito de meio ambiente e seus aspectos.					
2.1 Meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho.					
2.2 Conceito de recursos naturais e meio ambiente como bens ambientais.					
2.3 Conceito de biodiversidade e desenvolvimento sustentável.					
2.4 Significado de direitos culturais.					
3 Princípios de direito ambiental.					
3.1 Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional.					
3.2 Princípios da tutela do patrimônio cultural.					
3.2.1 Cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, prómonumento, valorização sustentável.					
4 Política Nacional de Meio Ambiente.					
4.1 Objetivos.					
4.2 Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos).					
4.3 SISNAMA.					
4.3.1 Estrutura e funcionamento.					

4.4 Lei nº 6.938/1981 e suas alterações.					
4.5 Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações.					
4.6 Resolução do CONAMA nº 1/1986 e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA).					
4.7 Resolução do CONAMA nº 237 (Licenciamento Ambiental).					
4.8 Resolução do CONAMA nº 378 (empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional).					
5 Recursos hídricos.					
5.1 Lei nº 9.433/1997 e suas alterações (instrumentos de gestão).					
5.2 Resolução do CNRH nº 16/2001 e suas alterações.					
5.3 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).					
6 Recursos florestais.					
6.1 Lei nº 12.651/2012 e suas alterações.					
6.2 Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e 303/2002.					
6.3 Lei nº 11.284/2006 e suas alterações (Gestão de florestas públicas).					
6.3.1 Significado de gestão e de concessão florestal.					
7 Espaços territoriais especialmente protegidos.					
7.1 Áreas de preservação permanente e reserva legal.					
7.2 Lei nº 9.985/2000 e suas alterações (SNUC).					
7.2.1 Tipos de unidades, objetivos e categorias.					
8 Política urbana.					
8.1 Diretrizes, instrumentos e competência.					
8.2 Arts. 182 e 183 da Constituição Federal. 8.3 Lei nº 10.257/2001 e suas alterações.					
9 Responsabilidades.					
9.1 Efeito, impacto e dano ambiental.					
9.2 Poluição.					
9.3 Responsabilidade administrativa, civil e penal.					
9.4 Tutela processual.					
9.4.1 STF, STJ e Tribunais de Justiça Estaduais.					
9.5 Papel do Ministério Público na defesa do meio ambiente.					
9.6 Crimes ambientais.					
9.6.1 Espécies e sanções penais previstas.					

9.7 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações.					
9.8 Decreto nº 6.514/2008 e suas alterações.					

DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.					
1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.					
1.2 Conflito das leis no tempo.					
1.3 Eficácia das leis no espaço.					
2 Pessoas naturais.					
2.1 Conceito.					
2.2 Início da pessoa natural.					
2.3 Personalidade.					
2.4 Capacidade.					
2.5 Direitos da personalidade.					
2.6 Domicílio.					
3 Pessoas jurídicas.					
3.1 Disposições Gerais.					
3.2 Constituição.					
3.3 Extinção.					
3.4 Sociedades de fato.					
3.5 Associações.					
3.6 Fundações.					
4 Bens imóveis, móveis e públicos.					
5 Fato jurídico.					
6 Negócio jurídico.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Invalidade.					
7 Prescrição.					
7.1 Disposições gerais.					
8 Decadência.					
9 Obrigações.					

9.1 Características.					
9.2 Adimplemento pelo pagamento.					
9.3 Inadimplemento das obrigações – disposições gerais e mora.					
10 Contratos.					
10.1 Princípios.					
10.2 Contratos em geral.					
10.3 Disposições gerais.					
11 Responsabilidade civil objetiva e subjetiva.					
11.1 Obrigação de indenizar.					
11.2 Dano material.					
11.3 Dano moral.					
12 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações.					
12.1 Consumidor.					
12.2 Fornecedor.					

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).					
1.1 Normas processuais civis.					
1.2 Função jurisdicional.					
1.3 Ação.					
1.3.1 Conceito, natureza, elementos e características.					
1.3.2 Condições da ação.					
1.3.3 Classificação.					
1.4 Pressupostos processuais.					
1.5 Preclusão.					
1.6 Sujeitos do processo.					
1.6.1 Capacidade processual e postulatória. 1.6.2 Deveres das partes e procuradores.					
1.6.3 Procuradores.					
1.6.4 Sucessão das partes e dos procuradores.					
1.7 Litisconsórcio.					
1.8 Intervenção de terceiros.					
1.9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.					
1.10 Ministério Público.					
1.11 Advocacia Pública.					
1.12 Defensoria Pública.					
1.13 Atos processuais.					
1.13.1 Forma dos atos.					
1.13.2 Tempo e lugar.					
1.13.3 Prazos.					
1.13.4 Comunicação dos atos processuais.					
1.13.5 Nulidades.					
1.13.6 Distribuição e registro.					
1.13.7 Valor da causa.					

1.14 Tutela provisória.					
1.14.1 Tutela de urgência.					
1.14.2 Disposições gerais.					
1.15 Formação, suspensão e extinção do processo.					
1.16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.					
1.16.1 Procedimento comum.					
1.16.2 Disposições Gerais.					
1.16.3 Petição inicial.					
1.16.4 Improcedência liminar do pedido.					
1.16.5 Audiência de conciliação ou de mediação.					
1.16.6 Contestação, reconvenção e revelia.					
1.16.7 Audiência de instrução e julgamento.					
1.16.8 Providências preliminares e do saneamento.					
1.16.9 Julgamento conforme o estado do processo.					
1.16.10 Provas.					
1.16.11 Sentença e coisa julgada.					
1.16.12 Cumprimento da sentença.					
1.16.13 Disposições Gerais.					
1.16.14 Cumprimento.					
1.16.15 Liquidação.					
1.17 Procedimentos Especiais.					
1.18 Procedimentos de jurisdição voluntária.					
1.19 Processos de execução.					
1.20 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.					
1.21 Livro Complementar.					
1.21.1 Disposições finais e transitórias.					
2 Mandado de segurança.					
3 Ação popular.					
4 Ação civil pública.					
5 Ação de improbidade administrativa.					
6 Reclamação constitucional.					

7 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos).					
7.1 Procedimentos.					
8 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).					
9 Assunção de competência (IAC).					
10 Recursos.					
11 Precedentes vinculantes.					
12 Controle de constitucionalidade.					
13 Ação rescisória.					
14 Juizados especiais da fazenda pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.					

DIREITO DO TRABALHO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Princípios e fontes do direito do trabalho.					
2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988).					
3 Relação de trabalho e relação de emprego.					
3.1 Requisitos e distinção.					
3.2 Relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso).					
4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu.					
4.1 Empregado e empregador (conceito e caracterização).					
4.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho.					
5 Grupo econômico.					
5.1 Sucessão de empregadores.					
5.2 Responsabilidade solidária.					
6 Contrato individual de trabalho.					
6.1 Conceito, classificação e características.					
7 Alteração do contrato de trabalho.					
7.1 Alteração unilateral e bilateral.					
7.2 O jus variandi.					
8 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.					
8.1 Caracterização e distinção.					
9 Rescisão do contrato de trabalho.					
9.1 Justa causa.					
9.2 Rescisão indireta.					
9.3 Dispensa arbitrária.					
9.4 Culpa recíproca.					
9.5 Indenização.					
10 Aviso prévio.					

11 Estabilidade e garantias provisórias de emprego.					
11.1 Formas de estabilidade.					
11.2 Despedida e reintegração de empregado estável.					
12 Duração do trabalho.					
12.1 Jornada de trabalho.					
12.2 Períodos de descanso.					
12.3 Intervalo para repouso e alimentação.					
12.4 Descanso semanal remunerado.					
12.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário.					
12.6 Sistema de compensação de horas.					
13 Salário-mínimo.					
13.1 Irredutibilidade e garantia.					
14 Férias.					
14.1 Direito a férias e sua duração.					
14.2 Concessão e época das férias.					
14.3 Remuneração e abono de férias.					
15 Salário e remuneração.					
15.1 Conceito e distinções.					
15.2 Composição do salário.					
15.3 Modalidades de salário.					
15.4 Formas e meios de pagamento do salário.					
15.5 13º salário.					
16 Equiparação salarial.					
16.1 Princípio da igualdade de salário.					
16.2 Desvio de função.					
17 FGTS.					
18 Prescrição e decadência.					
19 Segurança e medicina no trabalho.					
19.1 CIPA.					
19.2 Atividades insalubres ou perigosas.					
20 Proteção ao trabalho do menor.					

21 Proteção ao trabalho da mulher.					
21.1 Estabilidade da gestante.					
21.2 Licença maternidade.					
22 Direito coletivo do trabalho.					
22.1 Convenções e acordos coletivos de trabalho.					
23 Direito de greve e serviços essenciais.					
24 Comissões de conciliação prévia.					

DIREITO PROCESSUAL DE TRABALHO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Procedimentos nos dissídios individuais.					
1.1 Reclamação.					
1.2 Jus postulandi.					
1.3 Revelia.					
1.4 Exceções.					
1.5 Contestação.					
1.6 Reconvenção.					
1.7 Partes e procuradores.					
1.8 Audiência.					
1.9 Conciliação.					
1.10 Instrução e julgamento.					
1.11 Justiça gratuita.					
2 Provas no processo do trabalho.					
3 Recursos no processo do trabalho.					
3.1 Disposições gerais.					
3.1.1 Efeitos suspensivo e devolutivo.					
3.1.2 Recursos no processo de cognição.					
3.1.3 Recursos no processo de execução.					
4 Processos de execução.					
4.1 Liquidação.					
4.2 Modalidades da execução.					
4.3 Embargos do executado - impugnação do exequente.					
5 Prescrição e decadência no processo do trabalho.					
6 Competência da Justiça do Trabalho.					
7 Rito sumaríssimo no dissídio individual.					

8 Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais.					
9 Ação rescisória no processo do trabalho.					
10 Mandado de segurança.					
10.1 Cabimento no processo do trabalho.					
11 Dissídios coletivos.					

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Princípios básicos.					
2 Aplicação da lei penal.					
2.1 A lei penal no tempo e no espaço.					
2.2 Tempo e lugar do crime.					
2.3 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.					
3 O fato típico e seus elementos.					
3.1 Crime consumado e tentado.					
3.2 Ilícitude e causas de exclusão.					
3.3 Excesso punível.					
4 Crimes contra a fé pública.					
5 Crimes contra a Administração Pública.					
6 Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (crime organizado).					
7 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (crimes contra o meio ambiente).					
8 Processo Penal Brasileiro. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.					
8.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.					
9 Fase Pré-Processual.					
9.1 Inquérito policial.					
10 Prova.					
11 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.					
12 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual penal.					

DIREITO EMPRESARIAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Fundamentos do direito empresarial.					
1.1 Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características.					
1.2 Teoria da empresa.					
1.3 Empresário: conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário.					
1.4 Lei Complementar nº 123/2006 (microempresa e empresa de pequeno porte).					
1.5 Prepostos do empresário.					
1.6 Institutos complementares: nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração.					
2 Registro de empresa.					
2.1 Órgãos de registro de empresa.					
2.2 Atos de registro de empresa.					
2.3 Processo decisório do registro de empresa.					
2.4 Inatividade da empresa.					
2.5 Empresário irregular.					
2.6 Lei nº 8.934/1994 e suas alterações.					
3 Propriedade industrial.					
3.1 Lei nº 9.279/1996.					
3.2 O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).					
3.3 Propriedade industrial e direitos autorais.					
3.4 Patentes.					
3.5 Desenho industrial.					
3.6 Marca: espécies.					
3.7 Procedimento de registro.					
3.8 Indicações geográficas.					
4 Direito societário.					
4.1 Sociedade empresária: conceito, terminologia, ato constitutivo.					
4.2 Sociedades simples e empresárias.					

4.3 Personalização da sociedade empresária.					
4.4 Classificação das sociedades empresárias.					
4.5 Sociedade irregular.					
4.6 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.					
4.7 Desconsideração inversa.					
4.8 Regime jurídico dos sócios.					
4.9 Sociedade limitada.					
4.10 Sociedade anônima.					
4.11 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações.					
4.12 Sociedade em nome coletivo.					
4.13 Sociedade em comandita simples.					
4.14 Sociedade em comandita por ações.					
4.15 Operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão.					
4.16 Relações entre sociedades: coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico.					
4.17 Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.					
4.18 Concentração empresarial e defesa da livre concorrência.					
5 Direito falimentar.					
5.1 Lei nº 11.101/2005.					
5.2 Falência e recuperação de empresas (Lei nº 11.101/2005).					
5.3 Recuperação judicial e extrajudicial.					
5.4 Aprovação do plano de recuperação judicial. 5.5 Classificação de créditos e tratamento aplicável ao crédito tributário.					
5.6 Principais atribuições da assembleia geral de credores, do administrador judicial e do comitê de credores.					
5.7 Hipóteses de decretação de falência.					
5.8 Efeitos da falência quanto à pessoa do falido, quanto às obrigações do falido, quanto aos contratos e quanto aos bens do falido.					
5.9 Arrecadação.					
5.10 Ação de responsabilidade.					
5.11 Pedido de Restituição.					

5.12 Embargos de Terceiro.					
5.13 Realização do ativo.					
5.14 Pagamento do passivo.					
5.15 Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido.					

DIREITO FINANCEIRO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Direito financeiro.					
1.1 Conceito e objeto.					
1.2 O Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.					
1.2.1 Normas gerais e orçamento.					
2 Despesa pública.					
2.1 Conceito e classificação de despesa pública.					
2.2 Disciplina constitucional dos precatórios.					
3 Receita pública.					
3.1 Conceito.					
3.1.1 Ingresso e receitas.					
3.2 Classificação das receitas públicas.					
4 Dívida pública: conceito; evolução; classificação; disciplina jurídica e processamento.					
5 Orçamento público.					
5.1 Conceito, espécies e natureza jurídica.					
5.2 Princípios orçamentários.					
6 Fiscalização e controle orçamentário.					
7 Normas gerais de Direito Financeiro.					
8 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações.					
9 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).					

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Seguridade social.					
1.1 Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios.					
2 Custeio da seguridade social.					
2.1 Receitas, contribuições sociais, salário-de-contribuição.					
3 Regime geral de previdência social.					
3.1 Segurados e dependentes.					
3.2 Filiação e inscrição.					
3.3 Carência.					
3.4 Espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas.					
3.5 Salário-de-benefício.					
3.6 Renda mensal inicial.					
3.7 Reajustamento e revisão.					
3.8 Prescrição e decadência.					
3.9 Acumulação de benefícios.					
3.10 Justificação.					
3.11 Ações judiciais em matéria previdenciária.					
3.12 Acidente de trabalho.					
4 Regime próprio de previdência dos servidores públicos.					
5 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.					
6 Previdência complementar.					
7 Leis Complementares Distritais nº 769/2008 e nº 932/2017.					

DIREITO TRIBUTÁRIO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Tributo: conceito e classificação.					
2 Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal: princípios gerais; limitações ao poder de tributar; tributos de competência da União; tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal; tributos de competência dos Municípios; repartição das receitas tributárias.					
3 Obrigação tributária principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.					
4 Responsabilidade tributária: conceitos; responsabilidades dos sucessores; responsabilidade de terceiros; substituição tributária; responsabilidades por infrações.					
5 Interpretação e integração das leis tributárias.					
6 Fato gerador: conceito e características essenciais.					
7 Norma geral antielisão.					
8 Tarifa e preço público. Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, art. 21, § 4º e § 4º-A.					
9 Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário.					
10 Prescrição e decadência.					
11 Garantias e privilégios de crédito tributário.					
12 Administração tributária.					
12.1 incidência e não incidência.					
12.2 Representação fiscal para fins penais.					
12.3 Fases do processo fiscal no Distrito Federal (Lei Distrital nº 4.567/2011).					
12.4 Lei Complementar nº 904/2015.					
13 Imunidade, isenção e anistia.					
14 Dívida ativa.					
15 Certidões Negativas.					
16 Processo judicial tributário.					
16.1 Ação de execução fiscal e embargos à execução.					

16.2 Lei nº 6.830/1980 (execução fiscal).					
16.3 Lei nº 8.397/1992 e suas alterações (Ação cautelar fiscal).					
16.4 Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária.					
16.5 Ação anulatória de débito fiscal.					
16.6 Mandado de segurança.					
16.7 Ação de repetição de indébito.					
16.8 Ação de consignação em pagamento.					
16.9 Ações de controle de constitucionalidade.					
16.10 Ação civil pública.					
16.11 Ação popular.					
16.12 Ação rescisória.					

DIREITO URBANÍSTICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Constituição Federal.					
1.1 Ordenamento Territorial.					
1.2 Competências Urbanísticas.					
1.3 Normas gerais.					
1.4 Lei Orgânica do Distrito Federal.					
1.5 Município.					
1.6 Política Urbana. Plano diretor, planos locais de desenvolvimento, Lei Complementar Distrital nº 948/2019 (Lei de Uso e Ocupação do Solo). Função social da propriedade urbana.					
1.7 Regiões Metropolitanas. Aglomerados Urbanos. Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE). Conselho de Planejamento Urbano e Territorial do Distrito Federal (CONPLAN).					
2 Direito Urbanístico. Direito à Cidade.					
2.1 Autonomia científica.					
2.2 Princípios.					
2.3 Direito de construir e Direito de Propriedade.					
2.4 Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.					
2.5 Poder de polícia urbanístico.					
2.6 Ordenação. Uso e ocupação solo urbano.					
2.7 Licenças urbanísticas.					
2.8 Responsabilidade administrativa. Infrações e Sanções administrativas.					
2.9 Responsabilidade civil e penal.					
3 Direito à moradia.					
3.1 Regularização Fundiária de Interesse Social. Lei nº 11.977/2009 e suas iterações; Lei nº 12.424/2011; Medida Provisória nº 2.220/2001 e suas alterações.					
3.2 Direito registral imobiliário.					
4 Parcelamento do solo urbano.					

4.1 Lei nº 6.766/1979 e suas alterações.					
4.2 Regularização fundiária urbanística.					
4.3 Área de Preservação Permanente (APP) urbana.					
5 Estatuto da Cidade.					
5.1 Norma geral.					
5.2 Objetivos.					
5.3 Diretrizes.					
5.4 Instrumentos.					
5.5 Gestão Democrática das Cidades.					
5.6 Normas gerais para a elaboração do Plano Diretor.					
5.7 Disposições Gerais.					
6 Concessão urbanística.					
6.1 Conceito.					
6.2 Natureza jurídica.					
6.3 Disciplina.					
7 Desapropriação.					
7.1 Conceito.					
7.2 Aplicações.					
7.3 Justa indenização.					
7.4 Recuperação das mais-valias urbanísticas.					
7.5 Processo. Procedimento. Judicial e administrativo.					
8 Proteção do Patrimônio Cultural.					
8.1 Instrumentos de tutela de bens culturais materiais e imateriais.					
8.2 Competências.					
8.3 Tombamento.					
8.4 Registro.					
8.5 Desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural.					
8.6 Função social da propriedade pública.					
9 Tutela da Ordem Jurídico- Urbanística.					
9.1 Ação civil pública.					
9.2 Ação popular.					

9.3 Ações reais.					
9.4 Ações possessórias.					
9.5 Mecanismos extrajudiciais de conflito.					
9.6 Termo de Compromisso.					
9.7 Termo de Ajustamento de Conduta.					
9.8 Audiências públicas.					